



Capacidades, competências e marcas identitárias das pessoas com deficiência. As opiniões de jovens estudantes portugueses e mexicanos

Carlos Veloso da Veiga, Jorge Arzate Salgado

¹ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho, Braga, Portugal, E-mail: cveiga@ics.uminho.pt; ² Faculdade de Ciências Políticas e Sociais, Universidade Autónoma do Estado do México, Toluca, México, E-mail: arzatesalgado2@gmail.com

Resumo: Trata-se de um estudo exploratório e de tipo quantitativo, no qual foi aplicado um inquérito por questionário, redigido em língua portuguesa e em língua espanhola, a duas amostras de jovens estudantes (200 mexicanos e 279 portugueses). As amostras foram escolhidas por conveniência em 9 escolas básicas de ambos os países. Os resultados mostram que maioria dos jovens estudantes portugueses e mexicanos assumem globalmente uma visão inclusiva sobre as capacidades, competências e marcas identitárias das pessoas com deficiência. Embora, entre os estudantes dos dois países existam algumas diferenças na expressão das opiniões, os resultados obtidos são estruturalmente semelhantes. Portanto, os resultados não apontam as diferenças culturais e o contacto com a deficiência como relevantes na formação das opiniões sobre algumas capacidades, competências e marcas identitárias das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Deficiência, pessoas com deficiência, jovens, opiniões.

Title: Skills, competences and marks of identity of people with disabilities. The opinions of young Portuguese and Mexican students

Abstract: This is an exploratory and quantitative study in which a survey, written in Portuguese and Spanish, was conducted in two samples of young students (200 Mexican and 279 Portuguese). For convenience, samples were selected from nine basic schools in both countries. The results show that most young Portuguese and Mexican students take an inclusive view of the capacities, competences and identity marks of people with disabilities. Although differences were found between students in the two countries, the results obtained are structurally similar. Therefore, our study does not confirm the findings of others that consider cultural and contact differences relevant in the formation of some opinions about skills, competences and marks of identity of people with disabilities.

Keywords: Disability, disabled people, youth, opinions.

Título: Capacidades, competencias y marcas identitarias de las personas con deficiencia. Las opiniones de los estudiantes portugueses y mexicanos jóvenes

Resumen: Este es un estudio de tipo exploratorio y cuantitativo, que se aplicó un cuestionario, escrito en portugués y español, las dos muestras de jóvenes estudiantes (200 mexicanos y 279 portugueses). Las muestras fueron elegidas por conveniencia en 9 escuelas básicas de ambos países. Los resultados muestran que la mayoría de los estudiantes portugueses y mexicanos jóvenes suelen tener una visión completa de las habilidades, competencias y marcas de identificación de las personas con deficiencia. Aunque entre los estudiantes de ambos países existen algunas diferencias en la expresión de las opiniones, los resultados obtenidos son estructuralmente similares. Por lo tanto, los resultados no apuntan a las diferencias culturales y el contacto con la deficiencia como relevantes en la formación de las opiniones sobre algunas capacidades, competencias y marcas identitarias de las personas con deficiencia.

Palabras clave: Deficiencia, personas con discapacidad, jóvenes, opiniones.

Introdução

Portugal e México podem ser considerados países culturalmente distintos, apesar de serem bastante influenciados pelo legado histórico cultural das antigas civilizações grega e romana e, atualmente, pelo fenómeno da globalização em curso. Todavia, em ambos os países, convivem com esses legados outras heranças culturais mais ancestrais ou decorrentes do contacto dos povos originários com outros povos e civilizações ao longo da história. No caso do México observa-se particularmente a mescla cultural que decorre do encontro da cultura espanhola com as culturas pré hispânicas, como os astecas e os maias. No caso português fazem-se sentir muito particularmente as heranças judaica, celta e moura que se também cruzaram com as heranças culturais dos muitos povos que demandaram, ocuparam ou invadiram o atual território português. A diferenciação cultural entre os dois países manifesta-se na língua, na habitação, costumes, gastronomia e tradições e mesmo nos rituais religiosos, ainda que em ambos os países a maioria dos crentes professe a religião católica.

Portanto, é de supor que as opiniões dos jovens estudantes das áreas de Braga (Portugal) e Toluca (México) acerca das capacidades, competências e marcas identitárias das pessoas com deficiência sejam influenciadas pelos contextos culturais existentes em cada país e divirjam entre si. Seja como for, ambos os países são estados de direito democrático, que subscreveram a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, cujo principal objectivo é "promover, proteger e assegurar o gozo pleno e igualitário de todos os direitos humanos e direitos fundamentais para todas as pessoas com deficiência, e promover o respeito pela sua inerente dignidade" (ONU, 2006, p.3). Nesse sentido, possuem legislação anti-discriminatória e políticas sociais compensatórias que se aplicam às pessoas com deficiência. Na prática, significa que ambos os estados reconhecem explicitamente que se mantém socialmente ativas as barreiras com que historicamente se têm confrontado as pessoas com deficiência. Portanto, ainda que nas sociedades portuguesa e mexicana a deficiência permaneça sinónimo de incapacidade, incompetência e identidade deteriorada, como decorre de numerosos estudos no campo da deficiência (Abberley, 1987; Bianchetti, 1998; Barnes, 1998, 1999; Ravaud & Stiker, 2000; Harris & Enfield, 2003; Barnes & Mercer, 2005, *et al*, 2017), é possível postular que a diferenciação cultural influencia diferentemente a formação das opiniões a respeito das pessoas com deficiência e que estas também sejam influenciadas pelo contacto com a deficiência.

Como sabemos, as opiniões formam-se principalmente com base no que os indivíduos acreditam ser a verdade e exteriorizam o seu carácter, o qual é moldado pelo *habitus* (Bourdieu, 1979 e 1994) que controla as suas atitudes e ações. Essas opiniões são especialmente a manifestação das representações sociais dos indivíduos ou grupos quando enfrentam uma dada realidade, tendo um enorme impacto nas relações sociais, especialmente porque podem levar a atitudes e comportamentos discriminatórios ofensivos para com os outros indivíduos. Daí a relevância de identificar e comparar as opiniões dos jovens estudantes sobre as capacidades, competências e identidade das pessoas com deficiência, seja para compreender e explicar a influência dos padrões culturais e/ou das diferentes formas de contacto real ou imaginário com a deficiência na sua formação e estruturação.

Direcionando a pesquisa para jovens estudantes portugueses e mexicanos, na sua qualidade de jovens e apenas nessa, usámos uma metodologia predominantemente quantitativa e assumimos que este estudo tem um cariz exploratório. Razão pela qual,

pretendemos, sobretudo, contribuir para a formulação de novas pistas e hipóteses de investigação. Assim sendo, consideraram-se quatro questões de pesquisa: 1) Qual é sentido dominante das opiniões de jovens estudantes portugueses e mexicanos sobre algumas capacidades, competências e marcas identitárias das pessoas com deficiência, sobre as quais foram inquiridos? 2) Terão essas opiniões um sentido inclusivo ou excludente? 3) Haverá diferenças significativas e de sentido entre as opiniões dos jovens dos dois países? 4) E dentro de cada um dos países, haverá diferenças significativas e de sentido das opiniões em função do contacto com a deficiência?

Pensamos que o conhecimento daqui extraído poderá, eventualmente, ser utilizado para apoiar a criação de novos programas educacionais, que habilitem os jovens estudantes a conhecer, entender e interagir com a complexidade da deficiência, contribuindo para acelerar a inclusão social das pessoas com deficiência de forma completa, justa e socialmente adequada.

1. Considerações teóricas

O incessante processo de construção social faz com que a deficiência seja (re)construída com base nas representações resultantes da forma como a percebemos, vivemos, experimentamos ou sentimos no decurso da vida quotidiana, interpretando-a à luz da nossa herança cultural e da forma como nos é transmitida pelos processos de socialização (Puig de la Bellacasa, 1987; Casado, 1991). Por um lado, como sabemos, “os sistemas de apreciação são inseparáveis das estruturas fundamentais e dos sistemas de expressão do grupo a que se pertence” (Bourdieu, 1994, p.122) ou seja, estão em estreita relação com a cultura vigente. Daí que concordemos com Azocar (2010), para quem as representações da deficiência assumem as formas do imaginário social de cada povo, presentes nas tradições, crenças, mitos, ideias, que se transmitem de geração em geração, por onde circulam sentidos subjectivos na sua expressão discursiva e na sua elaboração representacional, sem que necessariamente permaneçam iguais ou as mesmas. Por outro lado, de acordo com o princípio fundamental do interacionismo simbólico a interação é o fenómeno básico da relação entre os atores sociais, pressupõe contacto, sendo a partir da interação que se desencadeiam os processos e fenómenos sociais: relacionamentos íntimos e formais; comunicação; construção da identidade e socialização. Para Georg Mead (1982) as interrelações humanas são sempre organizadas por um sistema dinâmico de interpretação. Já Herbert Blumer (1962) considera que pessoas agem com base no sentido interpretativo que as coisas têm para elas, consoante as sensações que ocorrem fora ou dentro das interações com as outras. Em suma, para além da influência da herança cultural, a construção subjetiva da realidade também está ligada com o que ocorre na interação social, a ponto de as pessoas poderem transformar-se e serem transformadas pelo curso das interações em que se envolvem.

É, pois, com base nestes factores que procuramos identificar e discutir, ainda que de forma exploratória, o sentido das opiniões dos jovens portugueses e mexicanos sobre algumas capacidades, competências e marcas identitárias das pessoas com deficiência assumindo as seguintes hipóteses: 1) As opiniões dos jovens estudantes portugueses e mexicanos são divergentes, considerando as diferenças culturais entre os dois países; 2) Dentro de cada país as opiniões dos jovens estudantes são influenciadas pelo contacto com a deficiência.

A esse propósito, estudos realizados em diferentes contextos culturais, conforme ressalta da revisão da literatura, parecem ser concordantes com a formulação das

hipóteses assumidas atrás (Builes & Vasco, 2008; Novo-Cortil, 2010; Orozco & Villada, 2011). Por exemplo, no caso da influência direta dos contextos socioculturais o estudo comparativo e quantitativo realizado por Zaratidis, Papadaki e Gilde (1999), com base em amostras de gregos e gregos-americanos, revelou que os gregos-americanos tinham atitudes mais positivas acerca das pessoas com deficiência do que os gregos. Essas diferenças foram justificadas com base nos valores sociais dominantes nas duas sociedades, bem como pela intensidade dos contactos com as pessoas com deficiência, concluindo que um maior contacto influencia positivamente as atitudes para com as pessoas com deficiência. Um outro estudo comparativo, com base em amostras de estudantes coreanos e estudantes coreano-americanos, que foi realizado por Choi & Loi (2001), concluiu que os segundos tinham atitudes mais positivas a respeito das pessoas com deficiência mental do que os primeiros. Os autores atribuíram as diferenças encontradas aos efeitos da aculturação provocados pelo contexto e experiências de vida dos membros de cada grupo. De acordo com Laws e Kelly (2005), a própria teoria do Comportamento Planeado de Ajzen e Madden (1986), mostrou que as atitudes das crianças “normais” ao interagirem com uma criança com deficiência dependiam do que sabiam e entendiam sobre a deficiência.

No caso dos estudos que se centram especialmente nos efeitos do contacto com a deficiência, a teoria de contacto social mostrou que as atitudes negativas para com a deficiência podem ser reduzidas por força de vários factores, entre os quais as diferentes formas de ocorrência do contacto (Allport, 1954). Por sua vez Yuker (1983) identificou alguns factores que influenciam a mudança de atitudes em relação às pessoas com deficiência e, por conseguinte, influenciam a formação das opiniões a seu respeito. Entre esse factores encontram-se as experiências íntimas e não casuais e as experiências agradáveis e gratificantes. Em suma, o autor mostra-nos que o contacto próximo com pessoas com deficiência, pode contribuir para a formação de representações positivas. A idênticas conclusões chegaram Gosse e Shepard (1979) quanto ao aumento da familiaridade e dos contactos tido como positivos, que modificam as atitudes e expectativas para com as pessoas com deficiência. Já Otani (2002) que investigou a relação entre as experiências de contacto e as atitudes face às pessoas com deficiência entre estudantes universitários do ramo educacional, obteve resultados a indicar que as atitudes foram afetadas quando as experiências dos alunos ocorreram de forma independente e espontânea. Por seu turno Garven e Stachura (2003) mostraram que os estudantes de enfermagem tinham atitudes menos positivas em relação às pessoas com deficiência do que os estudantes de terapia ocupacional. Estes autores atribuíram as diferenças à forma de lidar com as pessoas com deficiência, à frequência dos contactos e à organização dos currículos dos cursos. Outros autores, como Meyer, Gouvier, Duke e Advokat (2001), consideram que a proximidade social à deficiência é o factor que mais afecta a forma como essas atitudes se manifestam. De facto, tal como também Fichten, Schipper e Cutler (2005) afirmam, as interações limitadas entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência podem servir para aumentar as atitudes negativas devido ao reforço de estereótipos pré-existentes, às percepções negativas e à falta de conhecimentos relativos às pessoas com deficiência. Em suma, e no essencial, a generalidade dos estudos até hoje realizados permitem considerar que as opiniões, e consequentemente as atitudes e comportamentos, sobre a deficiência são modeladas pelo contexto social onde ocorrem e/ou pelo tipo de contacto específico com as pessoas com deficiência (Grand, Bernier, & Strohmer, 1982; Strohmer, Grand & Purcell, 1984;

Capacidades, competências e marcas identitárias das pessoas com deficiência

Antonak & Livneh, 1988 e 1995; Barnes, 1992; Yunker, 1994; Hunt & Hunt, 2000; Hergenrather & Rhodes, 2007). Genericamente, permitem afirmar que a forma de contato diminui a ansiedade e melhora as atitudes para pessoas com deficiência. Aparentemente, ao menos, as interações com pessoas de origens e experiências semelhantes podem criar situações mais confortáveis e resultar em opiniões mais positivas. Há também autores, como Wong et al (2004) e Ishige e Hazashi (2005), que sugerem que a qualidade e a quantidade dos impactos do contato moldam as opiniões e atitudes para com as pessoas com deficiência. Por exemplo, que o contato com uma pessoa com uma doença mental também incapacitada pode afetar negativamente as atitudes para pessoas com deficiência, enquanto que as experiências positivas tendem a facilitar o desenvolvimento de atitudes mais favoráveis. A esses autores podemos juntar mais alguns cujos estudos apontam o contato com as pessoas com deficiência como tendente a influenciar positivamente as opiniões e atitudes a seu respeito (Hall & Minnes, 1999; Tang, Davis, Wu & Oliver, 2000); Ishikawa & Koaze, 2001; Tervo, Azuma, Palmer & Redinius, 2002; Garven e Stachura, 2003; Tervo & Palmer, 2004); Pryor & Hall–Pullin, 2004; Ishige & Hayashi, 2005, Consiglia, Guarnerab & Magnano, 2015).

Porém, para além disso, a revisão da literatura também mostrou que existem outros estudos que, embora em menor quantidade, divergem quanto à possível influência dos efeitos culturais e do contacto na formação das opiniões sobre a deficiência e as pessoas com deficiência. Será, o caso do estudo realizado por Roberts e Smith (1999) junto de estudantes japoneses no Japão e nos Estados Unidos, onde foram considerados três fatores capazes de afetar as atitudes em relação a pessoas com deficiência (cultura, quantidade de contato e tipo de relacionamento). Nesse caso, os resultados revelaram não haver diferenças significativas entre os estudantes universitários japoneses nos Estados Unidos e no Japão, sugerindo que nem o substrato cultural nem a quantidade de contato afetam as atitudes em relação às pessoas com deficiência. Será também o caso do estudo de Hakuno, Takatsuka e Hirai (1999), realizado junto de estudantes japoneses, que concluiu que a quantidade dos contatos não afetava as atitudes em relação às pessoas com deficiência. Idêntica conclusão se pode retirar do estudo efetuado por Hui Bi (s/d), o qual, baseando-se na teoria de Vigotsky, analisou dados provenientes de duas amostras de estudantes chineses. A primeira composta por estudantes a residir nos Estados Unidos e outra por estudantes a residir na China, para determinar as suas atitudes para com as pessoas com deficiência mental. Desse estudo resultaram duas grandes conclusões: 1) Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na medição das atitudes das duas amostras; 2) Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nas respostas a questões específicas e todos os itens estavam na parte de baixo da subescala das relações pessoais. A primeira conclusão foi explicada com base na não existência de diferenças culturais entre as duas amostras, apesar dos elementos viverem em países culturalmente diferentes. A segunda foi justificada com o facto de os estudantes residentes na China serem mais influenciados pelo que os outros pensam acerca da interação com pessoas com deficiência mental. Por sua vez, Wong et al. (2004), avaliaram as atitudes em relação às pessoas com deficiência, numa amostra de estudantes de graduação, concluindo que ter um membro da família com uma deficiência não aumenta a propensão para ter atitudes positivas em relação às pessoas com deficiência. E também que novas experiências e encontros podem trazer ansiedade e levar à criação de mecanismos de defesa para “minimizar sentimentos, pensamentos e situações tidas como perigosas ou desconfortáveis”

2. Método

Trata-se de um estudo de natureza quantitativa. Para o efeito, aplicámos um inquérito por questionário a duas amostras de jovens estudantes pertencentes a 9 escolas de ambos os países, selecionadas por conveniência. O questionário foi redigido em língua portuguesa e em língua espanhola. As amostras foram compostas pelos jovens estudantes que se voluntariaram para responder ao questionário e se encontravam presentes nas respetivas escolas nos dias em que o mesmo foi aplicado. O questionário foi administrado diretamente nas salas de aula após permissão dos diretores das escolas selecionadas. No caso português a amostra inclui 279 elementos e no caso mexicano 200. Os jovens estudantes portugueses pertencem a 5 escolas básicas da região de Braga, Norte de Portugal, enquanto os jovens estudantes mexicanos provêm de 4 escolas da região de Toluca, pertencente Estado Federal da cidade do México. Compõem a amostra 43.9% estudantes do sexo feminino e 56.1% do sexo masculino, com média de idades de 15,91 anos e desvio padrão igual a 0,735 anos. Aquando da aplicação dos questionários, os objectivos do estudo foram brevemente explicados aos jovens estudantes, dadas garantias de confidencialidade das respostas e esclarecido que a sua participação era estritamente voluntária. Foi-lhes também explicado que não se tratava de um teste de avaliação de conhecimentos ou de carácter, não havendo respostas certas ou erradas, adequadas ou desajustadas¹.

Considerando os objectivos do estudo, para além das usuais perguntas de caracterização (género e idade), efetuaram-se três perguntas relacionadas com formas de contacto dos jovens com a deficiência (ter ou não alguma deficiência; conhecer ou não pessoas com deficiência; imaginar a possibilidade de se tornarem pessoas com deficiência) e os lugares onde o contacto ocorre (família, escola, vizinhança e espaços coletivos). Para determinar o sentido positivo ou negativo das opiniões dos inquiridos o questionário continha uma bateria de nove questões, respeitantes a três dimensões de análise, sendo cada dimensão composta de 3 questões específicas, conforme se segue². Dimensão 1: capacidades individuais (aprender, interagir e produzir); Dimensão 2: competências para o exercício de direitos humanos e de cidadania (casar, votar, viver em sociedade); Dimensão 3: marcas identitárias das pessoas com deficiência (indigência, infantilização e institucionalização) (cf. tabela 1). Na bateria de questões os inquiridos tinham de assinalar as opiniões numa escala tipo *Likert* de 6 pontos numerados de 1 a 6 com a opção “sem opinião” a ser colocada no final da escala. Esta opção teve como objetivo forçar os jovens estudantes a optarem por um dos lados da escala (sentido positivo ou negativo), sabendo que a utilização de um ponto médio neutro pode ser usado para evitar dar respostas não socialmente aceitáveis. A escala compõe-se de frases de sentido negativo, de tal modo que assinalar o número 1 significa estar em total desacordo com o sentido negativo da frase e assinalar o número 6 significa a estar em total acordo com esse sentido. Ainda que, em conformidade com a Classificação Internacional das Funcionalidades e da Saúde (CIF) formalmente se possa entender por pessoas com deficiência todas as pessoas que, de forma tendencialmente permanente, enfrentam “problemas nas funções ou na estrutura do corpo, tais como, um desvio importante ou uma perda” e que por essa razão sentem “limitações de actividade” e/ou “restrições de

¹ Os dados do inquérito foram colocados numa base de dados criada com recurso ao software de análise estatística SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

² O valor do Cronbach's Alpha (0.923) mostrou que a escala usada apresentava elevada consistência interna.

participação” (OMS, 2001), a estratégia seguida na construção da escala não se centrou num dado tipo específico de deficiência para orientar o sentido das respostas dos jovens estudantes inquiridos.

Tabela 1: Dimensões, variáveis e correspondentes perguntas da bateria de questões em escala

<i>Dimensões</i>	<i>Variáveis</i>	<i>Frases</i>
<i>Capacidades sócio-individuais</i>	<i>Capacidade de aprender</i>	- Não é de esperar que consigam aprender devidamente
	<i>Capacidade de interagir</i>	- Não são recomendáveis para integrar os nossos grupos de amizade
	<i>Capacidade de produzir</i>	- Quando trabalham são menos produtivas que as restantes pessoas
<i>Competências para o exercício dos direitos humanos e de cidadania</i>	<i>Competência para casar</i>	- Não devem poder casar, pois não são responsáveis pelas suas decisões
	<i>Competência para votar</i>	- Não devem poder exercer o direito de voto
	<i>Competência para viver em sociedade</i>	- Não conseguem ter uma vida social adequada
<i>Marcas identitárias das pessoas com deficiência</i>	<i>Identidade indigente</i>	- São como os pobres e infelizes, merecedoras de pena e caridade
	<i>Identidade infantilizada</i>	- Portam-se toda a vida como crianças
	<i>Identidade segregada</i>	- Devem estar ao cuidado de instituições especializadas

Para qualificar o sentido das opiniões, facilitando a sua interpretação e comparação usamos a média aritmética e consideramos que valores da média entre 1 e 3 da escala (inclusive) indicam opiniões positivas e globalmente inclusivas, convergindo para uma área designada por “zona de inclusão”. Para as médias de valor superior a 3 as opiniões dos jovens são entendidas como tendo sentido negativo, podendo considerar-se tendencialmente excludentes, por convergirem para uma área designada por “zona de exclusão”. Para determinar se as médias diferem entre si de forma estatisticamente significativa foi considerado o nível de significância de 5%.

3. Apresentação e discussão de resultados

3.1. O sentido das opiniões segundo os países de pertença

Antes de avançar na apresentação e discussão dos resultados relacionados com as hipóteses formuladas, importa informar que as percentagens de jovens estudantes que responderam “sem opinião” aos 9 itens da escala oscilaram entre os 13,3% e os 21,1% no caso português e entre os 6% e os 11,5% no caso mexicano. Estes valores parecem mostrar que os jovens mexicanos parecem mais seguros quanto à forma como devem opinar sobre as pessoas com deficiência. Os valores dos desvios padrão, quase sempre mais elevados no caso dos jovens portugueses, permitem ainda concluir que os jovens mexicanos formam um conjunto mais homogénio. Em ambos os países, a análise preliminar dos dados não mostrou que os jovens estudantes da amostra que responderam “sem opinião”, nos vários itens da escala, formassem subgrupos distintos relativamente aos restantes.

Os resultados expostos na tabela 2 permitem concluir que tanto os jovens estudantes portugueses como os mexicanos tendem a posicionar as suas opiniões no lado esquerdo da escala – “zona de inclusão - (pontuações com médias entre 1 e 3), ou seja, a assumirem opiniões globalmente positivas sobre as capacidades individuais e competências das pessoas com deficiência, bem como a não lhes atribuir uma identidade socialmente especialmente deteriorada.

Tabela 2: Estrutura geral das opiniões Portugal vs México

Dimensões e variáveis	Médias			Desvio padrões		Zona de convergência das opiniões	
	Portugal	México	Sig. do t teste student (p) para a diferença de médias	Portugal	México	Portugal	México
Capacidade de:							
Aprender	2,36	1,86	p<0,001*	1,304	1,242	Inclusão	Inclusão
Interagir	1,80	1,48	p=0,008*	1,274	1,198	Inclusão	Inclusão
Produzir	2,30	1,86	p=0,002*	1,350	1,417	Inclusão	Inclusão
Competência para:							
Casar	1,89	1,67	p=0,078*	1,354	1,196	Inclusão	Inclusão
Votar	2,04	1,42	p=0,005*	3,113	1,086	Inclusão	Inclusão
Viver em sociedade	2,46	2,42	p=0,744	1,296	1,558	Inclusão	Inclusão
Marcas identitárias:							
Identidade indigente	1,90	1,37	p<0,001*	1,313	0,958	Inclusão	Inclusão
Identidade Infantilizada	2,02	1,50	p=0,020*	1,110	1,098	Inclusão	Inclusão
Identidade segregada	3,51	3,82	p=0,099	1,715	2,026	Exclusão	Exclusão

* Diferença de médias estatisticamente significativa ao nível de significância de 5%.

Ou seja, nas variáveis das dimensões consideradas fica claro que os jovens estudantes portugueses e mexicanos revelam uma visão estruturalmente semelhante, ainda que existam algumas diferenças estatisticamente significativas ao nível de significância de 5% (testes de t de student para a diferença de médias de amostras independentes com $p < 0,05$) entre as médias das opiniões dos jovens dos dois países, com destaque para o facto de as opiniões tenderem a ser “quantitativamente mais inclusivas” no caso dos jovens mexicanos.

Assim, considerando a dimensão “Capacidade”, em ambos os países, as opiniões dos jovens vão no sentido de reconhecerem que as pessoas com deficiência são capazes de aprender, interagir e produzir como as demais pessoas de forma socialmente satisfatória, como decorre das médias das variáveis capacidade de interagir com os outros (1,80 vs 1,48, $p=0,008$), de aprender (2,36 vs 1,86, $p < 0,001$) e de produzir (2,3 vs 1,86, $p=0,002$).

Na dimensão “Competência” para exercer os direitos humanos e de cidadania os jovens estudantes dos 2 países consideram as pessoas com deficiência como competentes para: exercer o direito a casar, isto é, a constituir família (1,98 vs 1,67, $p=0,078$); exercer o direito de voto, i.e., a participar social e politicamente na decisões mais relevantes da vida coletiva (2,04 vs 1,42, $p=0,005$); exercer o seu direito a viver em sociedade, i.e. a interagir adequadamente com os membros das comunidades a que pertençam (2,46 vs 2,42, $p=0,744$).

Finalmente, na dimensão “Marcas identitárias” os resultados mostram que as opiniões da maioria dos jovens portugueses e mexicanos também se posicionam no lado positivo da escala, assumindo as suas opiniões, acerca da identidade social das pessoas com deficiência, um sentido globalmente inclusivo. De facto, é o que sucede com a óbvia recusa de reconhecer as pessoas com deficiência como indigentes (1,9 vs 1,37, $p < 0,001$), ou seja como pessoas que devem ser alvo da pena e caridade dos outros. Para a maioria dos jovens estudantes as pessoas com deficiência, tal como as restantes pessoas, também atingem a idade adulta (2,02 vs 1,5, $p=0,02$), não as consideram como pessoas que adoptam durante toda a vida atitudes e comportamentos infantilizados. Todavia, nesta

dimensão, tem relevância verificar que os jovens dos dois países tendem a considerar que as pessoas com deficiência devem estar ao cuidado de organizações especializadas (3,51 vs 3,82, $p=0,099$). Efetivamente, apesar do sentido globalmente positivo, que todas as outras opiniões expressam, neste caso a opinião dos jovens muda de sentido assumindo uma visão excludente das pessoas com deficiência, pois, como bem sabemos, a institucionalização é sinónimo de dependência, podendo ser considerada o maior inimigo da inclusão (Jaeger & Bowman, 2005; Mansell, 2006; Human Rights Watch, 2010). Por outras palavras, o facto do valor da média das opiniões dos jovens estudantes de ambos os países cair na “zona de exclusão”, parece denunciar que os jovens aceitam que as pessoas com deficiência são ou devam ser classificadas como pessoas dependentes, que devem viver junto umas das outras em locais apropriados à sua condição humana. Este resultado é deveras paradoxal, na medida em que contraria o sentido inclusivo obtido nos resultados das restantes variáveis da bateria de questões, i.e. os jovens de ambos os países parecem valorizar a segregação institucional das pessoas com deficiência como uma boa prática social. Faz, portanto, todo o sentido considerar que as suas opiniões concordam com a visão ideológica segundo a qual a institucionalização é do próprio interesse das pessoas com deficiência. Quer dizer, temos de admitir a hipótese de a valorização social da segregação institucional das pessoas com deficiência ter um forte impacto na formação das opiniões dos jovens estudantes dos dois países.

3.2. O sentido das opiniões segundo algumas formas de contacto com a deficiência

3.2.1. Segundo o ter ou não uma deficiência

Aos jovens estudantes da amostra foi perguntado se tinham algum tipo de deficiência. Os dados permitem verificar que a incidência da deficiência entre os jovens da amostra é quase residual (4,8%), sendo 4,3% nos portugueses e 5,5% nos mexicanos.

No caso mexicano, os resultados mostram que não existem diferenças entre os jovens com e sem deficiência quanto ao sentido das opiniões que formulam acerca das capacidades, competências e marcas identitárias das pessoas com deficiência constantes na bateria de questões do questionário aplicado. Além disso, verifica-se também que as opiniões de uns e outros coincidem com a respetiva estrutura geral das opiniões (cf. tabelas 2 e 3). Assim sendo, ter ou não uma deficiência reconhecida não parece influenciar as opiniões dos jovens estudantes mexicanos, dado que as médias das variáveis de todas as dimensões em análise não diferem entre si de forma estatisticamente significativa (nenhum valor de p inferior a 0,05).

Tabela 3: Médias das opiniões segundo possuir ou não uma deficiência e significância do teste de student para a diferença de médias (México)

Dimensões e variáveis	Ter deficiência	Não ter deficiência	Valor de sig. do t teste (p)
Capacidade de:			
Aprender	1,67	1,83	0,703
Interagir	1,40	1,47	0,865
Produzir	1,55	1,87	0,466
Competência para:			
Casar	2,27	1,61	0,073
Votar	1,36	1,40	0,910
Viver em sociedade	2,18	2,38	0,683
Marcas identitárias:			
Identidade indigente	1,20	1,38	0,554
Identidade Infantilizada	1,30	1,96	0,145
Identidade segregada	4,30	3,79	0,440

No caso português existem algumas diferenças estatisticamente significativas entre as médias das opiniões dos jovens estudantes portugueses com deficiência e os que não reconhecem tê-la. Neste caso, os resultados mostram que as médias das opiniões sobre a capacidade de produzir, embora diferentes de forma estatisticamente significativa (1,60 vs 2,34 com $p=0,023$), se localizam “na zona de inclusão”, em concordância com a estrutura geral das opiniões (cf. tabelas 2 e 4).

No que respeita às variáveis “Identidade Infantilizada” e “Identidade segregada” da dimensão “Marcas identitárias”, as diferenças entre as médias das opiniões expressas pelos jovens com alguma deficiência e as médias dos jovens que não a consideram ter, são significativas do ponto de vista estatístico ao nível de significância de 5% (3,20 vs 2,25 com $p=0,031$ e 2,45 vs 3,57 com $p=0,035$, respetivamente). Em concreto, nestas duas variáveis existem mudanças de sentido, em contraste com o que acontece na estrutura geral das opiniões (cf. tabela 2 e 4). No primeiro caso, a média das opiniões dos jovens que assumem ter uma deficiência localiza-se na “zona de exclusão” da escala (3,2), em contraste com a média das opiniões dos que não assumem ter uma deficiência, caso em que a média das opiniões se localiza na “zona de inclusão” da escala (2,25), neste último caso em consonância com o que acontece na estrutura geral das opiniões (cf. tabela 2). No segundo caso, a média das opiniões (2,45) dos jovens que assumem ter uma deficiência, por localizar-se “zona de inclusão”, difere estatisticamente de forma altamente significativa da média (3,57) daqueles que não o assumem, que se localiza na “zona de exclusão” da escala. Assim, ainda que de forma cautelosa, podemos admitir que o contacto com a deficiência, sob a forma de experiência vivida, terá alguma influência na formação das opiniões dos jovens estudantes portugueses.

Tabela 4: Médias das opiniões segundo possuir ou não uma deficiência e significância do teste de student para a diferença de médias (Portugal)

Dimensões e variáveis	Ter deficiência	Não ter deficiência	Valor de sig. do t teste (p)
Capacidade de:			
Aprender	2,90	2,30	0,148
Interagir	2,18	1,77	0,290
Produzir	1,60	2,34	0,023*
Competência para:			
Casar	2,00	1,88	0,785
Votar	1,60	2,07	0,648
Viver em sociedade	2,64	2,45	0,644
Marcas identitárias:			
Identidade indigente	2,00	1,89	0,803
Identidade Infantilizada	3,20	2,25	0,031*
Identidade segregada	2,45	3,57	0,035*

* Diferença de médias estatisticamente significativa ao nível de significância de 5%.

3.2.2. Segundo conhecer ou não pessoas com deficiência

A maioria dos jovens estudantes conhece pessoalmente alguma(s) pessoa(s) com deficiência (61%), interagindo com as mesmas no decurso da vida quotidiana, seja na família, na escola, na vizinhança ou nos espaços coletivos por onde circulam habitualmente. A experiência do contacto é mais extensa no caso português (71,5% dos casos) do que no caso mexicano (53,5%). Os jovens de ambos os países interagem sobretudo pessoas com deficiência física e deficiência mental. A interação com pessoas com deficiência mental é mais elevada entre os jovens portugueses (57,2%) do que entre

os jovens mexicanos (34,3%). Não existem diferenças entre os dois países no que a interação com pessoas com deficiência física respeita (48%,6). Seguem-se as deficiências auditivas ou da fala (22%) e as visuais (13,4%).

Quando se consideram os vínculos sociais e afetivos verificamos que a interação advém tanto de contactos dos jovens estudantes com pessoas fora do núcleo familiar como de contactos com membros das suas famílias, com quem coabitam ou não. No global conhecer pessoa(s) com deficiência decorre mais de contactos com pessoas apenas conhecidas, sendo muito equivalente entre jovens portugueses (32,6%) e mexicanos (34,6%). Quando os contactos são com pessoas amigas também não se encontram diferenças relevantes entre jovens portugueses (26,3%) e mexicanos (24%). Os jovens estudantes também referem conhecer pessoas com deficiência com base em encontros fortuitos ou ocasionais com pessoas com quem se cruzam no espaço público (13,7%). Este tipo de contacto está mais presente nos jovens portugueses (16,3%) do nos jovens mexicanos (8,7%). A interação dentro dos espaços escolares é outro meio de contacto com a deficiência (22%). No entanto, existe uma diferença assinalável entre portugueses e mexicanos. Enquanto que 31% dos primeiros referem que se relacionam com colegas com alguma deficiência, no caso dos segundos o relacionamento acontece em apenas 5,8% dos casos. A interação com familiares com deficiência decorre sobretudo do contacto com familiares com quem por regra não se coabita (22,4%), sendo mais visível no caso mexicano (36,5%) do que no caso português (15,3%). A interação diária e continuada com parentes próximos (pais, mães, irmãos, avós) é residual. Portanto, a maioria dos contactos dos jovens da amostra com as pessoas com deficiência resulta pouco de interações íntimas e permanentes dentro da família, decorrendo sobretudo de encontros irregulares e ocasionais da vida quotidiana que, em regra, ocorrem no espaço público.

Tabela 5: Médias das opiniões segundo conhecer ou não pessoas com deficiência e significância do teste de student para a diferença de médias (México)

Dimensões e variáveis	Conhecer	Não conhecer	Valor de sig. do t teste (p)
Capacidades			
Aprender	1,87	1,85	0,908
Interagir	1,48	1,49	0,959
Produzir	1,92	1,80	0,585
Competências			
Casar	1,59	1,78	0,316
Votar	1,43	1,42	0,980
Viver em sociedade	2,42	2,45	0,874
Marcas identitárias			
Identidade indigente	1,39	1,36	0,813
Identidade Infantilizada	2,02	1,93	0,653
Identidade segregada	4,02	3,58	0,147

Considerando apenas o facto de conhecer ou não pessoas com deficiência (o que inclui todas as formas de contacto atrás apresentadas), os resultados mostram que o sentido das opiniões, seja entre os jovens portugueses, seja entre os jovens mexicanos não difere. De facto, as médias das opiniões sobre as capacidades, competências e marcas identitárias, consideradas na bateria de questões que lhes foi apresentada no questionário aplicado, não diferem de forma estatisticamente significativa (nenhum valor de $p < 0,05$). Portanto, neste caso, as opiniões de uns e de outros também seguem a

estrutura geral das opiniões que permanece praticamente inalterada quer os jovens conheçam ou não com pessoas com deficiência (cf. tabelas 2, 5 e 6).

Tabela 6: Médias das opiniões segundo conhecer ou não pessoas com deficiência e significância do teste de student para a diferença de médias (Portugal)

Dimensões e variáveis	Conhecer	Não conhecer	Valor de sig. do t teste (p)
Capacidades			
Aprender	2,33	2,46	,512
Interagir	1,72	1,96	,194
Produzir	2,24	2,51	,217
Competências			
Casar	1,80	2,14	,091
Votar	2,04	1,94	,846
Viver em sociedade	2,38	2,72	,076
Marcas identitárias			
Identidade indigente	1,96	1,70	,193
Identidade Infantilizada	2,28	2,30	,943
Identidade segregada	3,52	3,55	,901

Podemos, portanto, concluir que o contacto com as pessoas com deficiência não parece influenciar o sentido das opiniões dos jovens portugueses e mexicanos sobre as capacidades, competências e marcas identitárias atribuídas às pessoas com deficiência.

3.2.3. Segundo imaginar-se na condição futura de pessoa com deficiência

Aos jovens foi perguntado como imaginavam a possibilidade poderem tornar-se pessoas com deficiência (sim, não, talvez). A possibilidade de tal, sem dúvida, poder efectivamente acontecer foi admitida por 21% dos jovens, sendo mais elevada entre os estudantes mexicanos (35,9%) do que entre os portugueses (10,1%). Contudo, foram claramente maioritárias as opiniões que consideram a possibilidade de “talvez” tal poder vir a acontecer, conforme é admitido pela maioria dos jovens estudantes portugueses (78,3%) e mexicanos (56,9%). É importante reter que, apesar da amostra se reportar a jovens adolescentes, os resultados mostram que a maioria dos jovens parece estar consciente do risco de sofrer acidentes ou doenças que podem, a qualquer momento alterar a sua condição de vida. De acordo com os resultados atrás expostos essa consciência parece estar mais presente no caso dos jovens portugueses.

Além disso, os resultados mostram que as estruturas gerais do sentido das opiniões se mantêm inalteradas, não parecendo que as diferenças do imaginário dos jovens portugueses e mexicanos influenciem a formação das suas opiniões, nem que existam diferenças entre os estudantes em função do imaginário perfilhado. Ou seja, comparativamente, não existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias das opiniões dos estudantes portugueses e mexicanos que consideram, não consideram ou admitem que talvez possam tornar-se pessoas com deficiência. É o que mostra o facto de todos os valores de significância das ANOVA a 1 factor serem superiores a 0,05 (testes F de Snedecor para a análise de variância com $p < 0,05$) (cf tabelas 2, 7 e 8).

Tabela 7: Médias das opiniões segundo possuir ou não uma deficiência e significância do teste de Snedecor na análise de variância (ANOVA 1 factor) (México)

Dimensões e variáveis	Sim	Não	Talvez	Valor de sig. do teste F
Capacidades	Médias			
Aprender	1,92	1,80	1,84	0,908
Interagir	1,49	1,27	1,53	0,808
Produzir	1,70	2,08	1,93	0,505
Competências	Médias			
Casar	1,68	1,67	1,67	0,997
Votar	1,29	1,31	1,51	0,420
Viver em sociedade	2,39	2,08	2,48	0,678
Marcas identitárias	Médias			
Identidade indigente	1,20	1,25	1,51	0,109
Identidade Infantilizada	2,16	1,33	1,99	0,171
Identidade segregada	3,94	3,54	3,80	0,793

Tabela 8: Médias das opiniões segundo possuir ou não uma deficiência e significância do teste de Snedecor na análise de variância (ANOVA 1 factor) (Portugal)

Dimensões e variáveis	Sim	Não	Talvez	Valor de sig. do teste F
Capacidade de:	Médias			
Aprender	1,90	2,40	2,39	0,260
Interagir	1,87	2,12	1,74	0,357
Produzir	2,05	2,83	2,24	0,095
Competência para:	Médias			
Casar	1,96	2,08	1,85	0,695
Votar	1,95	1,88	2,08	0,950
Viver em sociedade	2,91	2,84	2,36	0,054
Marcas identitárias:	Médias			
Identidade indigente	1,88	2,26	1,84	0,305
Identidade Infantilizada	2,25	2,52	2,25	0,665
Identidade segregada	3,86	3,15	3,49	0,343

Portanto, podemos concluir que o contacto via imaginário, com uma futura condição de pessoa com deficiência, não parece influenciar a formação das opiniões dos jovens portugueses e mexicanos sobre as capacidades, competências e marcas identitárias atribuídas às pessoas com deficiência.

Conclusões

Em primeiro lugar, deve concluir-se que, apesar de algumas médias das variáveis da escala usada neste estudo apresentarem diferenças estatisticamente significativas, parece existir um padrão comum que estrutura as opiniões dos jovens estudantes portugueses e mexicanos sobre as capacidades, competência e marcas identitárias pessoas com deficiência. Esse padrão revela que tanto os jovens portugueses como os jovens mexicanos partilham uma visão essencialmente inclusiva das pessoas com deficiência. Ou seja, esse padrão parece provar que as diferenças culturais entre os dois países não diferenciam a formação das opiniões sobre as capacidades, competência e marcas identitárias das pessoas com deficiência. Rejeitamos assim a hipótese de as opiniões dos jovens estudantes portugueses e mexicanos serem divergentes, em função das diferenças culturais existentes entre os dois países. Na verdade, de forma claramente

maioritária, os jovens dos dois países concordam que as pessoas com deficiência são capazes de aprender, interagir, produzir e são competentes para exercerem os direitos humanos e de cidadania, assim como, identitariamente, as consideram como pessoas não indigentes ou infantilizadas. Ainda que assim seja, deparamo-nos como uma única, mas relevante, excepção, que decorre dos valores das médias da variável “Identidade segregada” da dimensão “Marcas identitárias”. Referimo-nos ao facto das médias das opiniões desta variável se localizarem na “zona de exclusão” indicando que tanto os jovens portugueses como os jovens mexicanos tendem a considerar as instituições especializadas como locais adequados para pessoas com deficiência, ou seja, concordando que será socialmente adequado que vivam à margem da sociedade. Tratando-se de um importante paradoxo, que se destaca nos resultados obtidos, será conveniente em futuros estudos tentar perceber a que se deve tal incongruência, recorrendo à utilização de metodologia qualitativa. Por exemplo, através da realização de entrevistas que permitam determinar e aprofundar as razões que estão por detrás deste paradoxo, algo que não foi possível considerar neste estudo. Em segundo lugar, pode concluir-se, analisando os efeitos das diferentes formas de contacto com a deficiência consideradas no questionário aplicado, que não existem diferenças entre jovens de cada um dos países em função do contacto, nem mudanças relevantes nas estruturas gerais das suas opiniões. Esta constatação não permite concluir que exista uma séria influência do contacto com a deficiência na formação das opiniões dos jovens de ambos os países (e consequentemente das suas atitudes e representações sociais). Digamos, que estes resultados não suportam, em grande medida, os estudos que sustentam a importância do contacto na formação das opiniões sobre as pessoas com deficiência. Deste modo também se rejeita, ainda que não integralmente, a hipótese de dentro de cada país as opiniões dos jovens estudantes serem influenciadas pelo contacto com a deficiência.

Em suma, os resultados vão, sobretudo, ao encontro dos estudos que consideram ser fraca a influência da cultura e do contacto na formação das opiniões (e daí também das atitudes e representações sociais) sobre a deficiência e as pessoas com deficiência (Roberts & Smith, 1999; Hakuno, Takatsuka & Hirai, 1999), Hui Bi, s/d; Wong *et al.*, 2004). Todavia, e por um lado, não podemos deixar de considerar que este estudo é meramente exploratório, necessitando os seus resultados de aprofundamento com base nas reflexões e hipóteses que dele se puderem extrair.

Por exemplo, será que o valor dado à institucionalização das pessoas com deficiência pode colocar em dúvida o sentido positivo da larga maioria das opiniões expressas pelos alunos dos dois países? Por outro lado, serão os resultados obtidos absolutamente fiáveis? Sobretudo, face ao peso da elevada percentagem de alunos que optou responder ao questionário aplicado escolhendo o item “totalmente em desacordo” com as frases apresentadas (valor 1 da escala)? Isso leva-nos a colocar a hipótese de as opiniões manifestadas pelos jovens poderem ter sido influenciadas pelo chamado fenómeno do “socialmente correto” ou da “desejabilidade social” que costuma afetar as respostas a questionários (Moscoso, 2010). Nesse caso, o sentido inclusivo de tão grande % de opiniões manifestadas pelos jovens portugueses e mexicanos poderá resultar de uma falsa estimativa positiva das capacidades, competências e marcas identitárias das pessoas com deficiência. Por exemplo, será que os resultados obtidos decorrem do facto de os jovens estudantes evitarem emitir opiniões negativas, por terem incorporado o discurso dos direitos humanos sobre a bondade da inclusão social das pessoas com deficiência, sem que todavia nela acreditem ou a pratiquem? Na verdade, se atendermos

a Sigelman (1991) e considerarmos que os inquéritos que medem as atitudes a respeito de alguém ou alguma coisa, através da expressão de opiniões, são uma prática social, temos de admitir a hipótese de os inquiridos, como sugere aquele autor, preferirem deixar uma boa impressão “dizendo” as coisas tidas como “acertadas”. Esta possibilidade poderá ser uma limitação dos resultados do corrente estudo, sugerindo-se que em futuros estudos que usem esta metodologia, se definam estratégias para proceder à identificação dos inquiridos que recorrem a respostas “socialmente corretas”.

Ainda assim, também é legítimo colocar a hipótese de as opiniões obtidas serem verdadeiramente genuínas, admitindo que os resultados obtidos comprovam, de facto, algumas das evidências segundo as quais as atitudes estão a modificar-se em sentido positivo, como sugerem Grewal et al. (2002), Molloy, Knigh e Woodfield (2003). Será que, apesar do nível de adesão à ideologia da institucionalização, estamos no limiar de um avanço civilizacional impulsionado pelas novas gerações? Será que os resultados reflectem os efeitos das convenções e recomendações internacionais e das políticas de inclusão dos estados português e mexicano? Será que as novas gerações vão ser genuinamente inclusivas e proporcionar, sem reservas, as oportunidades para que pessoas com deficiência possam exercer a cidadania plena, eliminando as barreiras físicas e atitudinais que, por ora, permanecem estruturalmente ativas?

Referências bibliográficas

- Abberley, P. (1987). The concept of oppression and the development of a social theory of disability. *Disability, Handicap and Society*, 2 (1), 5-20.
- Antonak, R. F., & Livneh, H. (1988). Measurement of attitudes towards persons with disabilities. *Disability and Rehabilitation*, 22, 211-224.
- Antonak, R. F., & Livneh, H. (1995). Direct and indirect methods to measure attitudes toward persons with disabilities with an exegesis of the error-choice test method. *Rehabilitation Psychology*, 40, 3-24.
- Barnes, C. (1998). Las teorías de la discapacidad y las orígenes de la opresión de las personas discapacitadas en la sociedad occidental. In Barton, L. (coord.). *Discapacidad y Sociedad*. Madrid: Fundación Paideia e Ediciones Morata.
- Barnes, C. (1992). *Disabling imagery and the media: an exploration of the principles for media representations of disabled people*, Halifax: Ryburn Book Production. Acedido abril 30, 2013, em <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies>.
- Barnes, C., & Mercer, G. (2005). Disability, work, and welfare: challenging the social exclusion of disabled people. *Work, Employment & Society*, 19 (3), 527-545.
- Barton, L. (1998). *Entre la normalización y la utopía*. In Len Barton (coord.), *Discapacidad y Sociedad*. (pp. 181-204). Madrid e La Coruña: Fundación Paideia e Ediciones Morata.
- Bi, Hui (w.d.), A Cross-Cultural Study on Chinese Students' Attitudes Towards People with Intellectual Disabilities. Reaccedido em dezembro 30, 2014, em <http://www.cehd.umn.edu/olpd/research/StudentConf/2011/BiCrossCulturalStudy.pdf>.
- Blumer, H. (1962). *Interaccionismo Simbólico. Perspectiva y métodos*. Barcelona: Ed. Hora.
- Bourdieu, (1979). *La distinction*. Paris: Ed. du Minuit.
- Bourdieu, P. (1994). *Le sens pratique*, Paris: Éd. du Minuit.
- Casado, D. (1991). *Panorámica de la discapacidad*. Barcelona: INTRESS.
- Chenoweth, L., Pryor, J. & Hall-Pullin, L. (2004). Disability-specific Preparation Programme Plays an Important Role in Shaping Students' Attitudes Towards Disablement and Patients with Disabilities. *Learning in Health and Social Care*, 3, 83-91.
- Choi, G., H., & Lam, C. S. (2001). Korean students, differential attitudes toward people with disabilities: an acculturation perspective. *International Journal of Rehabilitation Research*, 24, 79-81.
- Consiglio, A., Guarnerab; M. & Magnano, P. (2015). Representation of Disability. Verification of the Contact Hypothesis in School. *Procedia. Social and Behavioral Sciences*, 91, 1964-1969.

- Fichten, C.S. Schipper, F. & Cutler, N. (2005). Does volunteering with children affect attitudes toward adults with disabilities? A prospective study of unequal contact. *Rehabilitation Psychology*, 50 (2), 164-173.
- Garven F. & Stachura K. (2003). Comparison of Occupational Therapy and Physiotherapy Students' Attitudes Towards People with Disabilities. *Physiotherapy*, 89, 653-664.
- Gosse, V. F., & Sheppard, G. (1979). Attitudes toward physically disabled persons: Do education and personal contact make a difference? *Canadian Counsellor*, 13, 131-135.
- Grand, S. A., Bernier, J. E., & Strohmer, D. C. (1982). Attitudes toward disabled persons as a function of social context and specific disability. *Rehabilitation Psychology*, 27, 165-174.
- Grewal, L. et al. (2002). Disabled for Life? Attitudes towards and experiences of Disability in Britain Leeds. *Department for Work and Pensions, Research Report*, 173, Leeds: CDS.
- Hafferty, F.W. & Foster, S. (1994). Decontextualizing Disability in the Crime Mystery Genre: The Case of the Invisible Handicap. *Disability & Society*, 9 (2), 185-200.
- Hakuno, A., Takatsuka, H., & Hirai, N. (1999). Syougaisya ni taisuru taido no kenkyu- IDP ni yoru "taido" sokutei no kokoromi - [Study on attitudes toward people with disabilities: Pilot study by IDP]. *Sougou Rehabiritesyon*, 27 (6), 565-573.
- Hall, H. & Minnes P. (1999). Attitudes Toward Persons with Down Syndrome: The Impact of Television. *Journal of Developmental and Physical Diseases*, 11, 61-76.
- Harris, A., & Enfield, S. (2003). Disability, Equality, and Human Rights. A Training Manual for Development and Humanitarian. United Kingdom: Osfam.
- Hergenrather, K. & Rhodes, R. (2007). Exploring undergraduate student attitudes toward persons with disabilities: Application of the disability social relationship scale. *Rehabilitation Counseling Bulletin*, 50, 66-75.
- Human Rights Watch (2010). *Once you enter, you never leave. Deinstitutionalization of persons with intellectual or mental disabilities in Croatia*. New York: Human Rights Watch.
- Hunt, B. & Hunt, C. S. (2000). Attitudes toward people with disabilities: A comparison of undergraduate rehabilitation and business majors. *Rehabilitation Education*, 14 (3), 269-283.
- Ishige, N. & Hayashi, N. (2005). Occupation and social experience: Factors influencing attitude towards people with schizophrenia. *Psychiatry and Clinical Neurosciences*, 59, 89-95.
- Ishikawa, K. & Koaze, S. (2001). Daigakusei ni okeru chitekisyougaiji eno taido ni kansuru kenkyu - Chishikiryoku to sessyokukeiken no shitsu tonon kanten kara - [A study of university student's attitude toward children with mental retardation: From relationship between amount of knowledge and quality of experiences]. *Bulletin of Psychology, Meiji Gakuin University Graduate School*, 6, 25-34.
- Jaeger, P. T. & Bowman, C. A. (2005). *Understanding Disability: Inclusion, Access, Diversity, and Civil Rights*, London: Praeger.
- Laws, G., & Kelly, E. (2005). The attitudes and friendship intentions of children in United Kingdom mainstream schools towards peers with physical or intellectual disabilities. *International Journal of Disability, Development and Education*, 5 (2), 79-99.
- Mansell, J. (2006). Desinstitutionalisation and community living: Progress, problems and priorities. *Journal of Intellectual and Developmental Disability*, 31, 65-76.
- Mead, G.H. (1982). *Espiritu, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductivismo social*, Barcelona: Paidós.
- Meyer, L. Gouvier, W.D., Duke, M., & Advokat, C. (2001). Influence of social context on reported attitudes of nondisabled students toward students with disabilities. *Rehabilitation Counseling Bulletin*, 45, 50-52.
- Molloy, D., Knight, T. & Woodfield, K. (2003). *Diversity in disability: exploring the interactions between disability, ethnicity, age, gender and sexuality*. Leeds: Corporate Documents Services.
- Morgado, F. R., Castro, M.R., Ferreira, M.C., Oliveira, A.J., Pereira, J.G. & Santos, J.H. (2014). Representações Sociais sobre a Deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23 (2), 245-260.
- Moscoso, M. (2010). Tirar la piedra y esconder la mano: el lenguaje de lo políticamente correcto en la discapacidad. *Intertiscios. Revista Sociológica de Pensamiento Crítico*, 4, (2), 271-276.
- Novo-Corti, M. I. (2010). Attitudes Toward Disability and Social Inclusion: An Exploratory Analysis. *European Research Studies*, XIII (3), 84-107.
- Olkin R. & Howson, L. J. (1994). Attitudes toward and images of physical disability. *Journal of Social Behavior and Personality*, 9 (5), 81-96.
- ONU (2006). *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Reaccedido outubro, 5, 2016, em <http://www.un.org/disabilities/documents/natl/portugal-c.doc>.
- Otani, H. (2002). University students' attitudes toward persons with mental retardation: Focusing on relationship between college students' attitudes and community experience/contact experience. *The*

Japanese Journal of Special Education, 40 (2), 215-222.

- Puig de la Bellacasa, R. (1987). Concepciones, paradigmas y evolución de las mentalidades sobre la discapacidad. In Demétrio Casado et al. (coord.) *Discapacidad e Información. Documentos 14/87*. Madrid: Real Patronato de Prevención y de Atención a Personas con Minusvalías.
- Ravaud, J. F. & Stiker, H. J. (2000). Les modèles de l'inclusion et de l'exclusion à l'épreuve du handicap (1er partie): les processus sociaux fondamentaux d'exclusion et d'inclusion. *Handicap. Revue de Sciences Humaines et Sociales*, 87, 1-18.
- Roberts, C. M., & Smith, P.R. (1999). Attitudes and behaviour of children toward peers with disabilities. *International Journal of Disabilities, Development and Education*, 46, 35–50.
- Sartori de Azocar, M. L. (2010). *Discapacidad y representaciones sociales. De la educación especial a la educación inclusiva*. Universidad Nacional de San Juan. Editorial Fundación Universidad Nacional de San Juan: Argentina.
- Sigelman, C. K. (1991). Social distance from stigmatized groups: False consensus and false uniqueness effects on responding. *Rehabilitation Psychology*, 36, 139-151.
- Strohmer, D.C., Grand, S.A., & Purcell, M.J. (1984). Attitudes toward persons with a disability: An examination of demographic factors, social context, and specific disability. *Rehabilitation Psychology*, 29 (3), 131-145.
- Tang, S.C., Davis, C., Wu, A. & Oliver, C. (2000). Chinese Children's Attitudes Toward Mental Retardation. *Journal of Developmental and Physical Diseases*, 12, 73–87.
- Tervo, R.C. & Palmer, G. (2004). Health Professional Student Attitudes Towards Persons with Disability. *Clinic Rehabilitation*, 18, 908–915.
- Tervo, R.C., Azuma, S., Palmer, G. & Redinius P. (2002). Medical Students' Attitudes Toward Persons with Disability: A Comparative Study. *Archives of Physical Medicine and Rehabilitation*, 83, 1537– 1542.
- White, M.J., Jackson, V. & Gordon, P. (2006). Implicit and Explicit Attitudes toward Athletes with Disabilities. *The Journal of Rehabilitation*, 72 (3), 33-40.
- Wong, D. W., Chan, F., Cardoso, E. D., Lam, C. S. & Miller, S. M. (2004). Rehabilitation counseling students' attitudes toward people with disabilities in three social context: A joint analysis. *Rehabilitation Counseling Bulletin*, 47, 194-204.
- World Health Organization (2001). *International classification of functioning, disability and health*. Geneva: World Health Organization.
- Yuker, H. E. (1994). How useful are indirect measures of attitudes toward persons with disabilities? Comments on Livneh and Antonak. *Rehabilitation Education*, 8, 138-140.
- Yuker, H.E. & Hurley, M.K. (1987). Contact with and attitudes toward persons with disabilities: measurement of intergroup the contact. *Rehabilitation Psychology*, 32 (3), 145-154.
- Zaromatidis, K., Papadaki, A., & Gilde, A. (1999). A cross-cultural comparison of attitudes toward persons with disabilities: Greeks and Greek-Americans. *Psychological Reports*, 84(3), 1189-1196.